

240612022



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

PROJETO DE LEI Nº010/2022 ,

DE 15 DE ABRIL DE 2022.

Câmara Municipal de Lagoa - PB
APROVADO EM: 23/06/2022

Jucélio Vieira de Sales
CPF 021.890.084-84
PRESIDENTE

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias gerais do Município de Lagoa para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I – das disposições relativas das receitas municipais;
- II – das disposições relativas dos gastos municipais;
- III – da estrutura e organização do orçamento municipal;
- IV – das disposições relativas com a política de pessoal;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal.

CAPÍTULO II
DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art. 2º Compõem-se às receitas municipais de:

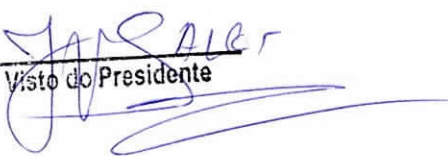
- I – tributos próprios diretos;
- II – provenientes de atividades econômicas e de serviços;
- III – transferências constitucionais, legais e voluntárias;
- IV – empréstimos e financiamentos.

VOTOS A FAVOR

Amil Felpa Pereira da Silva
Lacassara Fone de Santos
Elena Cristina da Silva Costa
Julia Ferrnonda de Silva
FRANCISCO ROGERIO DOS SANTOS

VOTOS CC

Visto do Presidente





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

Art. 3º Para estimativa de receita serão considerados os fatores conjunturais, a carga de trabalho para o serviço remunerado e as alterações da legislação tributária.

Art. 4º O Município ficará obrigado a arrecadar todos os impostos e taxas de sua competência, inclusive as receitas originárias dos serviços administrativos do Município, por delegação a instituições públicas ou privadas na forma conveniada.

Art. 5º As receitas provenientes de convênios serão estimadas no orçamento do município, com base nas projeções estabelecidas pelo órgão repassador ou de acordo com documentos apresentados que lhe assegurem a liberação dos recursos.

Art. 6º A receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – **FUNDEB**, constituída de acordo com a legislação pertinente, será prevista no orçamento, tendo como base de cálculo o número de alunos do município matriculados no exercício anterior e aprovados pelo Ministério da Educação e Desporto, vezes o valor **per capta** do Estado.

CAPÍTULO III
DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 7º Os gastos municipais são aqueles destinados à realização das atribuições inerentes aos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 8º Para a fixação dos gastos municipais devem ser observados os fatores conjunturais, carga de trabalho, receita do serviço quando este for remunerado e projetado os gastos de pessoal de acordo com a política salarial estabelecida pelo Poder Executivo Municipal, dentro dos limites e restrições legais.

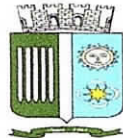
Art. 9º Os gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, serão fixados no orçamento municipal de acordo com as regras e critérios técnicos estabelecidos no art. 8º '**caput**', observando-se a legislação específica.

Art. 10 Na fixação e aplicação dos recursos de 25% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino é defeso despesas com:

- I – distribuição com merenda escolar;
- II – assistência a estudantes;
- III – realização de obras de infra-estrutura na rede escolar;
- IV – pessoal em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V – outras atividades desvinculadas do ensino municipal.

Art. 11 O gestor municipal deverá ser prudente quanto aos gastos do município, aplicando quando necessárias medidas corretivas e apropriadas para evitar desequilíbrios fiscais.

CAPÍTULO IV
SEÇÃO I



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 12 São executadas como prioridades as seguintes ações, para o exercício de 2023:

I. Legislativo:

- a) reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal;
- b) manutenção das atividades da Câmara Municipal

II. Administração:

- a) manutenção e administração do Gabinete do Prefeito;
- b) divulgação de atividades executivas;
- c) realização de festividades e promoções sociais;
- d) manutenção e administração da Secretaria Municipal da Administração;
- e) manutenção e administração da Controladoria Geral do Município;
- f) contribuições para entidades municipais;
- g) capacitar e aperfeiçoar servidores públicos municipais;
- h) manutenção e administração da Secretaria Municipal de Articulação Política;
- i) manutenção e administração da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;
- j) manutenção e administração da Procuradoria Geral do Município;
- k) manutenção e administração da tesouraria municipal;
- l) manutenção dos encargos sociais.

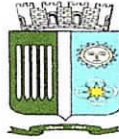
III. Assistência Social:

- a) manutenção e administração da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;
 - b) manutenção do conselho tutelar da criança e do adolescente;
 - c) manutenção do conselho municipal de assistência social;
 - d) assistência ao idoso e a pessoas portadoras de necessidades especiais;
 - e) assistência a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade;
-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

- f) manutenção do programa de atenção integral a família – PAIF;
 - g) manutenção do Programa – FNAS/IGDBF;
 - h) manutenção de programas sociais – FNAS/FEAS ;
 - i) índice de gestão descentralizada – IGD/SUAS;
 - j) serviços de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV;
 - k) manutenção do programa de apoio a gestantes;
 - l) manutenção do programa Primeira Infância no SUAS;
 - m) manutenção do CRAS;
 - n) aquisição de equipamentos para estruturação da rede de serviços socioassistenciais;
 - o) manutenção dos benefícios eventuais.
- IV. Saúde:**
- a) manutenção e administração da Secretaria Municipal da Saúde;
 - b) manutenção do conselho municipal de saúde;
 - c) capacitar, aperfeiçoar o pessoal da saúde;
 - d) manutenção e administração das unidades básicas de saúde – UBS;
 - e) manutenção do programa estratégia saúde da família – ESF;
 - f) manutenção do programa de agentes comunitários de saúde – PACS;
 - g) manutenção do programa de saúde bucal;
 - h) manutenção do centro de especialidades odontológica - CEO;
 - i) manutenção do programa de vigilância sanitária;
 - j) manutenção do programa de vigilância e promoção da saúde;
 - l) média e alta complexidade ambulatório e hospitalar;
 - k) manutenção do programa farmácia básica;
 - l) manutenção dos programas SUS;
-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

- m) construção de unidade de saúde âncora;
 - n) aquisição de veículo;
 - o) reforma e ampliação de unidade básica de saúde - UBS;
 - p) manutenção do Programa QUALIFAR/SUS;
 - q) incentivo de desenvolvimento do programa Previne Brasil;
 - r) implantação do laboratório de análises clínica;
 - s) manutenção do Piso da Atenção Primária em Saúde;
 - t) implantação de melhorias sanitárias domiciliares.
- V. Educação:**
- a) realização de cursos de treinamento e capacitação de professores e profissionais do ensino fundamental;
 - b) aquisição de veículo para o transporte escolar;
 - c) manutenção e administração da Secretaria Municipal de Educação;
 - e) manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE;
 - f) manutenção do ensino fundamental – FUNDEB – 70%;
 - g) manutenção do ensino fundamental – FUNDEB – 30%;
 - h) manutenção e administração do ensino infantil – MDE;
 - i) manutenção e administração do ensino infantil – 70%;
 - j) manutenção e administração do ensino infantil – 30%
 - J) programa dinheiro direto na escola – PDDE;
 - k) reforma e ampliação de unidade de escolar;
 - l) manutenção do transporte escolar;
 - m) manutenção do PNAT – Ensino Fundamental;
 - n) manutenção do PNAT – Ensino Médio;
 - o) manutenção do PNAT – Ensino Infantil;
-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

- p) manutenção de programas de educação;
 - q) manutenção do programa salário educação;
 - r) manutenção de unidade escolar;
 - s) manutenção do PNAE – Ensino Fundamental;
 - t) manutenção do PNAE – Pré-Escolar;
 - u) manutenção do PNAE – Creche;
 - v) manutenção do PNAE – EJA;
 - w) manutenção do PNAE – AEE;
 - x) manutenção e administração do ensino especial – FUNDEB – 70%;
 - y) manutenção e administração do ensino especial – FUNDEB – 30%;
 - z) aquisição de mobiliários e outros equipamentos para a EMEF;
 - aa) aquisição de mobiliários e outros equipamentos para as EMEI;
 - bb) manutenção e administração de creches;
 - cc) manutenção do programa de educação de jovens e adultos – EJA;
 - dd) assistência aos estudantes universitários;
 - ee) aquisição de veículo;
 - ff) construção de creche.
- VI. Cultura:**
- a) manutenção e administração da Secretaria Municipal de Cultura;
 - b) promoção de eventos sociais e culturais;
 - c) manutenção da fanfarra municipal.
- VII. Direitos da Cidadania:**
- a) manutenção das atividades da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher, Idoso e Minorias;
 - b) manutenção do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente;
-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

c) manutenção do conselho municipal dos direitos das mulheres.

VIII. Urbanismo:

a) manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação;

b) manutenção dos serviços de limpeza pública;

c) manutenção do cemitério público municipal;

d) manutenção e administração dos serviços de jardinamento;

e) construção de praças;

f) reforma e ampliação de praça;

g) manutenção de vias urbanas;

h) pavimentação em paralelepípedos de ruas e avenidas;

i) pavimentação em asfáltico em ruas e avenidas.

IX. Habitação:

a) construção de habitação populares;

b) reforma de habitação populares;

c) apoio na elaboração de planos habitacionais.

X. Saneamento:

a) manutenção e administração dos serviços de saneamento;

b) construção de galerias pluviais;

c) implantação do sistema de esgotamento sanitário.

XI. Gestão Ambiental:

a) gestão das ações do fundo municipal do meio ambiente;

b) gestão integrada de resíduos sólidos;

c) aquisição de veículo para o transporte do lixo;

d) implantação de sistema de abastecimento d'água em comunidades rural;

e) construção e instalação de poços tubulares;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

- f) construção de açude comunitário.
- XII. Agricultura:**
- a) manutenção e Administração da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Pecuária
- b) manutenção dos serviços de abastecimento;
- c) assistência aos pequenos criadores, agricultores e meeiros;
- d) aquisição de patrulha mecanizada.
- XIII. Comércio e Serviços:**
- a) manutenção das atividades da Secretaria Municipal da Juventude, Turismo, Esporte e Lazer.
- XIV. Energia:**
- a) ampliação da iluminação pública;
- b) manutenção dos serviços de iluminação pública.
- XV. Transporte:**
- a) construção de passagens molhadas em comunidades rurais do município;
- b) manutenção e conservação de estradas municipais;
- c) manutenção da Secretaria Municipal dos Transportes.
- XVI. Desporto e Lazer:**
- a) construção de quadra poliesportiva;
- b) manutenção da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer;
- c) programa permanente de apoio a prática de atividade esportivas de base e lazer nas comunidades rurais e sede do município;
- d) construção de alameda para caminhada;
- e) construção do campo de futebol municipal;
- f) construção de ciclovia.
- XVII. Encargos Especiais:**
-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

- a) contribuição com o PASEP;
- b) manutenção e execução de sentenças judiciais;
- c) amortização e encargos com a dívida contratada;
- d) amortização e encargos com a dívida do INSS.

SEÇÃO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 13 O orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, inclusive as provenientes de convênios de modo a expressar as políticas e programas de governo.

Parágrafo único – Farão parte do orçamento municipal os recursos vinculados aos Fundos Especiais, de acordo com a legislação específica.

Art. 14 A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Art. 15 Constará do orçamento municipal reserva de contingência no limite de até 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2023, com a finalidade de atender passivos contingentes e, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 16 Na programação orçamentária o detalhamento da despesa será feito por unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto/atividade com os respectivos elementos de despesa.

Art. 17 A discriminação da receita no orçamento será feita por categorias econômicas, subcategorias, fontes, subfontes, rubricas e subrubricas, de forma a demonstrar a sua caracterização constante na legislação.

Art. 18 O Município não poderá programar no orçamento nem despender no exercício de 2023, despesas com pessoal e encargos, inclusive serviços em substituição de servidores do município que ultrapassem os percentuais da sua receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – até 6% (seis) por cento para Câmara de Vereadores;

II – até 54% (cinquenta e quatro) por cento para o Poder Executivo.

Parágrafo Único – Para o cumprimento do disposto no caput do art. 18 e seus dispositivos, fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações e adequações na sua estrutura administrativa que visem eliminar os percentuais excedentes, sem prejuízos da aplicação do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 19 Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, serão fixados no orçamento municipal – em separado, indicando em cada projeto e/ou atividade o título “à conta FUNDEB”, para atender o disposto na legislação específica.

Art. 20 É defeso a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a títulos de:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

I – subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de natureza continuada que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional;

II – doações financeiras para cobrir necessidades de pessoas físicas, exceto para pessoas justificadamente pobres da forma da lei, devendo ser organizado registros pessoais dos beneficiários.

§ 1º Os recursos destinados para subvenções sociais, deverão ser autorizados mediante lei específica.

§ 2º O limite da dotação orçamentária para doações financeiras a pessoas físicas não poderá ultrapassar a 4% (quatro) por cento das receitas correntes efetivamente arrecadadas, excluindo-se as receitas de convênios e vinculadas a fundos.

Art. 21 Na fixação das despesas com recursos de convênios para investimentos, constará da meta e a indicação da sua fonte.

Art. 22 É vedado ao Município incluir na lei orçamentária anual, transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes federados, salvo em situações que demonstrem o interesse público, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000.

Art. 23 Constará do orçamento municipal autorização para abertura de créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta) por cento, bem assim, para operação de crédito por antecipação de receita orçamentária até o limite de 15% (quinze) por cento da receita prevista, nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.320/64.

Art. 24 A abertura de créditos suplementares e especiais, dependerá da existência de recursos disponíveis, não podendo ser utilizada anulação de dotação orçamentária comprometida.

Art. 25 Quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais, serão utilizados os recursos oriundos das suas respectivas fontes, conforme dispõe o art. 72 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 26 Caso a Câmara de Vereadores não devolva o orçamento do município para sanção no prazo legal, o Poder Executivo poderá executar a sua programação em até o limite de dois doze avos do total de cada dotação.

Art. 27 Após a promulgação do orçamento o Poder Executivo com base nos limites nele fixados, aprovará uma programação de cotas orçamentárias ou trimestrais, para cada unidade orçamentária, com a finalidade de manter o equilíbrio entre receita arrecadada e despesa realizada.

Art. 28 Quando da previsão da receita, para a distribuição das cotas bimestrais, forem inferiores a prevista, são limitadas às despesas distribuídas nas cotas do bimestre seguinte.

Art. 29 Na execução do orçamento o Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas corretivas necessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal, observando com prioridade:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

- I – das despesas decorrentes de normas legais e contratos administrativos;
- II – as despesas de manutenção e conservação dos serviços públicos;
- III – os compromissos advindos de convênios e outros semelhantes;
- IV – os investimentos.

Art. 30 Bimestralmente, o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria, elaborará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e o demonstrativo a que se refere o art. 52 c/c art. 63, da Lei Complementar nº 101/2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**).

Art. 31 Trimestralmente, a Contadoria avaliará a situação das aplicações obrigatórias no ensino, saúde, pessoal e encargos, a movimentação dos recursos do FUNDEB, e das alterações orçamentárias.

SEÇÃO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS DO
ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 32 O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2023, como instrumento de transparência da gestão fiscal, deverá assegurar o controle social na sua execução mediante o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão (**LC 101/00; art. 48, parágrafo único**).

Art. 33 Se verificando, ao final de um bimestre, que a regularização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os critérios:

- I – redução de empenhos relativos a horas extras;
- II – redução de empenhos relativos a serviços de terceiros;
- III – redução de empenhos com obras, exceto as decorrentes de convênios;
- IV – redução de despesas de consumo.
- V – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;
- VI – as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;
- VII – a forma de utilização e montante da reserva de contingência.

§ 1º. O montante da despesa a ser empenhada em 2023 não ultrapassará a realização da receita orçamentária no mesmo período.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

§ 2º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, o Executivo promoverá, através de ato próprio, no montante necessário, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenhos e movimentação financeira, segundo critérios estabelecidos nos parágrafos seguintes.

§ 3º. A limitação dos empenhos de que trata o parágrafo anterior será feita de forma proporcional sobre todos os itens.

§ 4º. O Prefeito baixará ato determinando índice de redução de empenhos sobre os itens definidos no inciso IV do caput deste artigo, além de determinar, dentro de cada item, os subitens que serão reduzidos.

§ 5º. Reconhecido o déficit, todos os empenhos ficam suspensos até que o ato seja baixado.

§ 6º. Não serão objeto de limitação de empenhos as obrigações constitucionais e legais e as relativas ao pagamento da dívida fundada interna.

CAPÍTULO V
DA POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 34 Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Administração, autorizado a realizar o seguinte:

I – Reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais, observando as condições estabelecidas nesta lei e as restrições do artigo 71 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, considerando-se para tanto a despesa relativa à contratação de pessoal, a qualquer título, seja em caráter efetivo, através de concurso público, ou por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do disposto no artigo 169 da Constituição Federal;

II – Programa de treinamento e qualificação do servidor público municipal;

III – Realização de concurso público para provimento dos cargos integrantes do Quadro Permanente de Pessoal.

CAPÍTULO VI
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 35 Poderá o Poder Executivo Municipal realizar no exercício financeiro de 2023:

I – atualização e adequação do Código Tributário do Município a nova sistemática tributária nacional;

II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas capazes de motivar o contribuinte ao pagamento e evitar a evasão de receitas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, somente será admitida se:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

I – respeitados os limites de que trata o art.18 desta lei;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrente.

Art. 37 Não será permitido o empenhamento de despesas a posterior, toda despesa devera ser empenhada, previamente, e constar nos registros de controle, nos balancetes mensais, relatórios e demonstrativos periódicos.

Art. 38 Fica a cargo da Contadoria e Unidade de Finanças da Prefeitura, a coordenação e elaboração dos instrumentos de que trata esta lei.

Art. 39 São partes integrantes desta Lei, os anexos de que tratam das Metas e Riscos Fiscais e das Despesas de Capital, conforme dispõe a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 40 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Lagoa, Estado da Paraíba em 15 de abril de 2022.


MARIA RODRIGUES LINHARES DE LIMA
Prefeita Constitucional